

Título	O joio e o trigo da CCC do Sistema Isolado
Veículo	Canal Energia
Data	02 Abr 2007
Autor	Claudio J. D. Sales

O joio e o trigo da CCC do Sistema Isolado

A CCC, como aplicada hoje, não induz à busca da eficiência econômica por parte das empresas geradoras que administram seus recursos, visto que a conta é sempre repassada ao consumidor

A Agência Nacional de Energia Elétrica divulgou a redução do encargo que subsidia a geração termelétrica dos sistemas isolados da região Norte do Brasil, a chamada Conta de Consumo de Combustíveis (CCC-ISOL ou, ainda, CCC do Sistema Isolado). De acordo com a anúncio do órgão regulador, o montante arrecadado em 2007 será de R\$ 2,87 bilhões, um valor 36,6% inferior ao verificado em 2006. Isso representará uma economia de R\$ 1,7 bilhão, o que poderá proporcionar um desconto de 1,4% a 2% na tarifa de energia dos consumidores das demais regiões do país a partir de 2007.

Qualquer diminuição nos tributos é bem-vinda pela sociedade, principalmente em se tratando do setor elétrico brasileiro, cuja conta de luz carrega, só em impostos e encargos, um peso de 43,7%. Mas, antes de comemorar, talvez valha a pena entender melhor os motivos dessa redução.

A análise dos números indica que a diminuição anunciada está mais relacionada a fatores conjunturais do que a avanços estruturais nas regras do setor. Importantes questões como distorções tributárias, falta de eficiência e conflitos de interesses na utilização dos recursos envolvidos ainda permanecem em aberto.

A CCC foi criada em 1973 para subsidiar o combustível consumido na geração térmica das concessionárias de energia. Com o passar dos anos, os recursos arrecadados foram progressivamente direcionados aos sistemas isolados do Norte do Brasil, a ponto de, em 2006, a parcela da CCC destinada ao demais sistemas ser extinta. A realidade, hoje, é que consumidores de energia de todo o Brasil subsidiam a energia mais cara entregue aos consumidores do Norte, região onde as longas distâncias e a baixa densidade populacional tornam os custos de transporte da energia extremamente elevados. Daí a necessidade de construção de usinas térmicas próximas aos locais de consumo.

O cálculo da CCC do Sistema Isolado reflete o custo do combustível utilizado na geração térmica e respectivos impostos. O cálculo embute também: um ajuste da variação anual do estoque de combustível; uma reserva para financiar empreendimentos destinados a reduzir o consumo futuro de combustível, e um Equivalente Hidráulico a ser deduzido do custo total de geração.

Em seu “Plano de Operação e Plano Anual de Combustíveis – Sistemas Isolados – 2007”, a Aneel demonstra que 66% da redução da CCC do Sistema Isolado para o ano de 2007 se deve a ajustes nos estoques de combustível. Isso porque os estoques ficaram negativos em 2005 (e, portanto, exigiram uma compensação de R\$ 634 milhões no ano seguinte) e positivos em 2006 (gerando um abatimento de R\$ 481 milhões na conta de 2007). Em suma, dois terços da redução anunciada de R\$ 1,7 bilhão se deve a compensações entre o consumo ‘real’ e o consumo ‘projetado’ para 2005 e 2006. Ou seja, fatores conjunturais explicam tal redução.

Sobre os fatores estruturais, no âmbito tributário, o problema reside no uso da CCC do Sistema Isolado para reembolsar o ICMS da compra do combustível. Quer dizer, paga-se um

tributo com recursos oriundos de um subsídio, o que fere os princípios de eficiência econômica.

Um importante avanço para corrigir essa distorção é a Lei 10.833/03, que prevê a redução gradual da cobertura do ICMS entre os anos de 2004 e 2009. Para que se tenha uma idéia dos valores envolvidos, a redução de 60% para 40% prevista para 2007 significou uma economia de R\$ 278 milhões para o bolso dos consumidores de energia.

Um segundo fator estrutural é a questão da eficiência na utilização do encargo. A CCC, como aplicada hoje, não induz à busca da eficiência econômica por parte das empresas geradoras que administram seus recursos, visto que a conta é sempre repassada ao consumidor. Embora cerca de R\$ 350 milhões ou 21% da redução anunciada do encargo seja resultado da utilização de um mix mais barato de combustíveis, ainda há muito a se fazer para aprimorar o consumo unitário das usinas existentes, reconhecidamente ineficientes.

Cabe também um olhar mais atento ao potencial conflito de interesses na utilização dos recursos. A contratação dos combustíveis para geração térmica é realizada diretamente pelas geradoras, muitas vezes sem concorrência. O resultado é que alguns contratos apresentam preços até 132% superiores às médias regionais (a Nota Técnica no 003/2007 da Aneel acusa essa discrepância).

O conflito de interesses está relacionado ainda ao papel das estatais Eletrobrás e Petrobras. A Eletrobrás, ao mesmo tempo em que gerencia os recursos, também controla algumas das usinas, cuja geração de energia é viabilizada pela CCC. A Petrobras fornece grande parte do combustível utilizado: os combustíveis subsidiados via CCC chegam a representar 14% do faturamento da BR distribuidora, subsidiária da Petrobras responsável por sua comercialização. Nesse arranjo entre duas estatais, como não há concorrência, não há garantia de preços competitivos.

Finalmente, existe a questão do Equivalente Hidráulico, que representa um custo teórico de geração hídrica a ser descontado do valor da CCC. Para o ano de 2007, este parâmetro foi fixado pela Aneel em um patamar muito inferior aos preços de mercado, gerando um custo adicional injustificável para os consumidores de eletricidade. Apesar de sua importância, sua complexidade pede que este tema seja tratado num futuro artigo.

Há que se separar os fatores conjunturais daqueles que realmente promoverão a redução sistemática deste encargo que vem onerando as tarifas de energia elétrica. Para isso, o Ministério de Minas e Energia e a Aneel devem aprofundar seus esforços para promover a transparência, a eficiência na utilização dos recursos da CCC e a eliminação dos conflitos de interesse atualmente existentes.

Enquanto isso, a sociedade segue atenta ao uso que é feito do dinheiro coletado pelas tarifas pagas pelos milhões de consumidores brasileiros.

Claudio J. D. Sales é presidente do Instituto Acende Brasil, entidade que promove a transparência e a sustentabilidade no setor elétrico brasileiro.